



CAMPANHA INSTITUCIONAL COMEMORA O ANIVERSÁRIO DA PROFISSÃO

pág. 3

PSICOLOGIA
PENSE NISSO. HOJE

ELEIÇÕES

**As propostas políticas
das chapas concorrentes
à gestão 1992/95**

págs. 8 à 11

No dia 27 de agosto próximo, completamos 30 anos de regulamentação da profissão. A data, além de ser, claro, motivo de comemoração, acaba trazendo também a oportunidade de avaliar os ganhos e perdas que se arrolaram nesta trajetória.

No âmbito das entidades representativas da categoria, ingressamos na "idade adulta" repensando nossa organização. Trata-se do processo constituinte, que se iniciou no final de 1991 e tem programação de debates definida até 1993. Nesse processo está colocada em discussão a reestruturação dos Conselhos. E tal reflexão, em si, já é um ganho.

Mas fora dos circuitos das instituições resta, ainda, uma questão: qual imagem a população construiu acerca da profissão, ao longo desses 30 anos?

A visibilidade da Psicologia nos meios sociais é tema prioritário no programa de atuação da atual gestão do CRP-06. A proposta de ampliar as informações acerca dos serviços psicológicos resultou na promoção do *Psyché - Quatro Abordagens em Psicoterapias*, evento dirigido ao público leigo, realizado em agosto de 1990. O livro, homônimo, contendo as palestras proferidas na ocasião, foi lançado em agosto de 1991.

Agora, em 1992, a gestão Movimento comemora o dia do psicólogo dando um passo significativo na mesma direção. Na segunda quinzena de agosto o CRP-06 coloca no ar uma campanha institucional, por meio de três veículos de comunicação de massa. A peça

27 de Agosto de 1992
PSICOLOGIA
30 anos
CRP-6a Região

publicitária contém dois filmes (de 30 segundos cada) com 26 inserções na TV Globo, em dias e horários diversificados; dois textos para rádio, com 40 inserções divididas entre a Globo e Rádio X; e mais 30 outdoors.

A realização dessa campanha estava prevista no orçamento aprovado pela última assembléia da

categoria. Mas a necessidade deste investimento se reafirmou de modo contundente, após pesquisa desenvolvida com o objetivo de subsidiar o trabalho a ser elaborado pela agência de publicidade.

Apesar de partir de uma amostra (13 entrevistas com pessoas pertencentes ao segmento de baixa renda) que pode ser, talvez, considerada restrita, os dados obtidos na pesquisa de campo traçam um perfil que precisa ser pensado (veja matéria nesta edição).

A imagem construída acerca da Psicologia (por este público específico) mostra várias limitações. O atendimento psicoterápico aparece, ainda, como sendo indicado somente para doentes mentais. Também vigora a idéia de que para as pessoas resolverem seus problemas, é preferível conversar com amigos, aos invés de procurar um psicólogo.

Tais restrições, segundo o estudo conclui, resultam antes da carência de representações com que ela se constitui no imaginário da população do que de motivos de outra ordem. Daí que a comunicação publicitária proposta tem como objetivo principal enriquecer esse universo de representações.

■ CURTAS ■

Casa do Psicólogo

Completo no mês de maio 10 anos de atividades totalmente voltadas para os profissionais da área de Psicologia. Investindo maciçamente em lançamentos de livros, pesquisa com testes e ministrando cursos, continua com seus objetivos iniciais de atender as necessidades da categoria, informando e atualizando, mantendo dessa forma os mesmos princípios que nortearam sua fundação. Rua Alves Guimarães, 436 - Pinheiros - Cep: 05410-001 - São Paulo - SP. - Fone: (011) 852-4633 - Fax: (011) 64-5392

Visita

O professor Michael Herbert visita a PUC/SP, nos dias 30 e 31 de julho, a convite do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, quando discute aspectos relativos ao ensino da psicologia médica e à pesquisa na área da Psicologia da Saúde. Ele é "Senior Lecturer" em Ciências Comportamentais na Escola de Medicina da Universidade de Nottingham, onde dedica-se ao ensino da Psicologia para alunos de medicina ao nível de graduação e pós-graduação. Atualmente também é consultor da OMS - Organização Mundial da Saúde. O evento realiza-se no prédio da PUC, à rua Ministro Godói, 1029, sala 415. Confirmação de presença: 240-5540 ou 570-9994 (à noite).

ABPMC

Fundada em novembro do ano passado, a ABPMC - Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental - elegeu a primeira diretoria e o Conselho Consultivo. O primeiro presidente, Bernard Rangé, professor da PUC/RJ e psicólogo comportamental, espera que a Associação atenda uma série de necessidades: diminuição do isolamento de cada profissional, constituição de cursos de especialização, edição de livros, entre outras propostas. A receptividade é grande e a ABPMC já conta com sócios em várias regiões do país: São Paulo (incluindo algumas cidades do interior), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis etc. Os interessados em se associar devem entrar em contato com a sede, à rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea - Rio de Janeiro. Cep: 22451. Fone: (021) 529-9318 ou 529-9284. Fax: (021) 239-1694 (mencionar sala 608).

Psicologia Educacional

O Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/E) - CRP-04, através da comissão de psicologia educacional, promove junto com a Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei, o quinto Encontro de Psicologia Educacional. O evento acontecerá no período de 04 a 07 de setembro no Funrei, em São João Del Rei, Minas Ge-

rais. Dirigido a psicólogos, estudantes e profissionais de outras áreas ligadas à Educação, o Encontro tem como proposta propiciar o acesso às experiências e conhecimentos nesta área. A expectativa é de que haja um fortalecimento do psicólogo educacional, além do estabelecimento de limites e intercâmbio entre todos os profissionais que se dedicam a este campo.

Curso

No mês de agosto será iniciado o primeiro curso de AT.D' - acompanhamento terapêutico - "A casa", no Hospital Dia. Os trabalhos serão realizados através da discussão de casos clínicos, com os seguintes temas: a multidisciplinariedade, o AT na clínica das psicoses, velhice, deficiência mental etc. O curso será às quintas-feiras, das 19 às 21 h, com duração de um semestre. Maiores informações pelo telefone 572-1611.

Revista Viver Psicologia

Depois de permanecer afastada por quase cinco anos das bancas, a revista Viver Psicologia estará sendo relançada no próximo mês de agosto. Ela volta a atender um público interessado na abordagem psicológica de assuntos, como: sexo, adolescência, terceira idade, trabalho e outros mais. Com uma tiragem de 40 mil exemplares, a revista pretende continuar sendo o elo de ligação entre profissionais e o público em geral.

Conselho Regional de Psicologia 6ª Região

Conselheiros: Adermir Ramos da Silva Filho, Aicil Franco, Ana Lúcia Jackson, Ana Maria Blanques, Arialdo Germano Junior, Antonio César Frassetto, Benedita Antonia Watanabe, Brônia Liebesny, Carolina do Rocio Klomfahs, Denise Bandeira de Melo, Fausto Afonso Duarte, Frida Zolty Graça Maria Totaro, Irma Macário, José Alfredo Leal, José Zula de Oliveira, Kathia Nemeth Perez, Luiz Celso Manço, Maralúcia Ambrósio Abramovay, Marlene Bueno Zola, Maurício Lourenção Garcia, Mauro Hollo, Regina Heloísa Maciel, Sara Raquel da Silva, Solange Bertolotto Shneider, Valter Apolinário Filho.

Sede - São Paulo: Rua Borges Lagoa, 74 - CEP 04038 - Fone (011) 549.9799 - Fax: 575.0857.

Delegacias: ABC (Maria Regina Tonim): Rua Luiz Pinto Fláquer, 519 6º andar, sala 61, fones (011) 444.4000.

Assis (Claudia Fernanda Bianchi): Rua Angelo Bertoncini, 539, fone (0183) 22.6224. **Bauru:** Rua Batista de Carvalho, 433, 2º andar, sala 205/206, fone (0142) 22.3384. **Cam-**

pinas (Hipólito Carretone Filho): Rua Barão de Jaguará, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32.5397. **Campo Grande** (Antonio J. Angelo Moti): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382.4810. **Cuiabá** (Maria Aparecida Fernandes): Rua General Valen n.º 321, sala 305 - Bairro Brandeirantes - CEP 78060, fone (065) 322.6902. **Guarulhos** (Benedita Antonia Watanabe): Rua Dr. Renato de Andrade Maia, 26 A, fone 208.7855

Lorena (Rosângela Dueri Matos): Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52.4658. **Ribeirão Preto** (Renier Rozestraten): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, sala 301, fone (016) 636.9021. **Santos** (Antonio Carlos Simonian dos Santos): Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39.1987. **São José do Rio Preto** (Fátima Cristina Garcia): Rua XV de Novembro, 3171 - Sala 151 - 15º Andar, fone (0172) 21.2883.

Jornal do CRP-06

O **Jornal do CRP-06** é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia-6ª Região.

Comissão de Divulgação: Maurício Lourenção Garcia, Solange B. Schneider (licenciada), Adermir Ramos da Silva Filho

Edição: Sueli Zola (MTb 14.824)

Reportagem: Janice Kiss, Carmem Sílvia Aliende (colaboradora)

Revisão: Maria de Fátima Cavallaro

Ilustrações: Ponta Comunicação Visual

Diagramação: C & S/Claudir de Araujo

Composição e Arte: C & S Artes Gráficas S/C Ltda. Fone: 575-4565

Fotolito e Impressão: Artes Gráficas Guarú Ltda.

Tiragem: 34 mil exemplares

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos a fonte de informação será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

Pesquisa Subsidia Campanha Institucional

Na segunda quinzena de agosto próximo, o CRP-06 coloca no ar uma campanha institucional, por meio de três veículos de comunicação: TV, rádio e outdoors. Para subsidiar tal campanha, foi elaborado um estudo, no qual foram levantadas informações sobre as formas de percepção da Psicologia, em relação às suas finalidades, à procura por seus serviços e ao profissional que exerce a atividade, entre outros aspectos.

O método de investigação utilizado foi o da pesquisa qualitativa, e a técnica empregada, a de entrevistas pessoais em semi-profundidade. O universo de entrevistados constituiu-se de 13 pessoas (7 do sexo masculino e 6 do sexo feminino), com idade entre 18 a 45 anos e de baixa renda (10 pessoas com faixa de renda até 5 salários mínimos e as 3 restantes com renda de 5 a 10 salários mínimos).

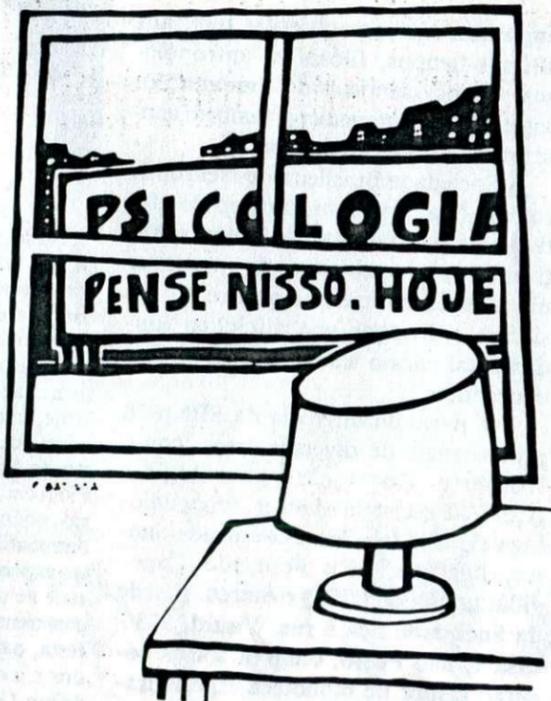
Existe, entre os pesquisados, a consciência de que a Psicologia é uma ciência ou sabedoria, a qual analisa a mente humana.

Esses dois grupos representam, com raras exceções, a forma de percepção que distingue homens e mulheres. Estas últimas focalizam frequentemente a psicoterapia como uma prá-

tica de compreensão dos problemas humanos; já o segmento masculino vincula-a fortemente às doenças mentais.

Quanto às outras áreas de atuação do psicólogo, entre as raras menções feitas, destacam-se a seleção de pessoal e o atendimento hospitalar. A primeira é vista como um elemento exterior ao desenvolvimento da atividade profissional, pouco compreensível. As observações relativas à área hospitalar, ao contrário, são bastante positivas, pois apontam a importância do atendimento a pessoas em estado de desequilíbrio físico e emocional.

Merece atenção especial a informação que indica o nível de discriminação entre a Psicologia e outras abordagens - como a religiosa ou mística. Há um consenso de que são bastante distintas. Enquanto o trabalho do psicólogo está associado ao estudo da mente e do comportamento, as outras atividades são concernentes a aspectos do ser humano, como a religiosidade ou



a curiosidade de conhecer o futuro.

A motivação para procura dos serviços é o item da pesquisa que revelou dados mais preocupantes. Como já vimos, a Psicologia está fortemente identificada com a psicoterapia. Mas, o universo de representações sobre os objetivos, métodos e técnicas

desse trabalho é bastante limitado. Por isso, a psicoterapia aparece como um recurso a ser utilizado em casos extremos, quando a pessoa é incapaz de resolver seus problemas. Nesse sentido, a sua procura tende a atestar a idéia de "falência pessoal" e, portanto, deve ser evitada.

O cliente que busca atendimento psicoterápico é visto por uma parcela de entrevistados como sendo pessoas pertencentes às classes altas, que podem investir em atividades supérfluas. Outro grupo de pesquisados acredita que os usuários sejam pessoas com distúrbios graves de comportamento anti-social, como alcoólatras, drogados, ladrões, ou ainda loucos e anormais. As respostas apresentadas sobre a imagem do psicólogo indicam certa ambigüidade. O profissional é identificado tanto como conselheiro (alguém que alivia, tira pesos e ajuda solucionar problemas), quanto como uma figura ameaçadora (que consegue manipular pessoas, podendo agir contra os interesses do cliente). O estudo conclui que o trabalho de comunicação publicitária deve seguir a estratégia de ampliar o universo de representações a respeito da psicologia, antes de atuar diretamente sobre as restrições constatadas.

Alerta à População

No dia 28 de junho último, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia fizeram uma campanha nacional, com o objetivo de fornecer informações à população sobre os serviços psicológicos. A campanha se iniciou com a publicação de matéria paga (cujo texto reproduzimos abaixo) nos jornais de maior circulação, em todas as regiões do país e, ao mesmo tempo, foram distribuídos 10 mil cartazes (contendo o mesmo texto) em locais estratégicos, como postos e centros de saúde, hospitais, faculdades etc, nas principais cidades do Brasil.

Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (flores de bach, cristais, astrologia, terapia de vidas passadas etc) que são divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia. Os Conselhos não reconhecem a validade científica de tais técnicas e se preocupam com os efeitos que estas podem causar nos seus usuários.

As medidas institucionais que visam conter o uso dessas práticas no exercício profissional do psicólogo já estão encaminhadas, mas é necessário tam-

bém esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados.

Para ampliar a divulgação do "Alerta à População", os Conselhos Regionais fizeram um trabalho junto à imprensa, propondo matérias a respeito da questão.

Abaixo segue a íntegra do texto utilizado na campanha:

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social, fazem este alerta à sociedade:

1) A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos. Ao procurar um psicólogo, informe-se sobre seu método de trabalho. Discuta com ele se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional.

2) A Psicologia não faz milagres. Práticas místicas e advinhatórias não são técnicas da Psicologia.

3) Técnicas ditas terapêuticas que propõem soluções imediatas de problemas psicológicos não têm o nosso reconhecimento. Em caso de dúvida consulte o Conselho de Psicologia.

4) Só pode exercer a profissão de

Psicólogo aquele que estiver inscrito no Conselho de Psicologia de sua região. É direito seu solicitar a apresentação da carteira de identidade profissional do psicólogo.

5) Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos. Não leve a sério diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou di-

vulgados em revistas não-científicas.

6) O estagiário de psicologia é um estudante do curso de graduação. A sua atuação deve estar obrigatoriamente sob a responsabilidade de um psicólogo supervisor devidamente registrado no Conselho de Psicologia.

7) Havendo um atendimento não adequado pelo psicólogo, procure orientação no Conselho de Psicologia.

Convite

Depois de organizar vários debates sobre a minoridade, durante os anos de 1989 e 1992, onde participaram profissionais e psicólogos da Febem, Secretaria do Menor, Vara da Criança e da Juventude, o CRP-06 produziu um importante material de reflexão sobre a trajetória desses profissionais, nestas intuições. O material foi transformado no livro "Prática e Paixão - memória e mapa no trabalho com a minoridade". O lançamento, junto com um coquetel, será no dia 11 de agosto, às 14 h, no Centro Cultural de São Paulo - sala Adoniram Barbosa. Antes, às 20h, haverá uma mesa redonda, onde serão debatidas as questões da infância e da juventude brasileira na atualidade.

Intercâmbio científico entre diferentes profissões

A Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, criada em 1988 vem, a partir de então, tentando concretizar-se enquanto entidade que possa, efetivamente, promover debates e aprofundar as discussões sobre temas relativos a essa área do conhecimento. A SBNp tornou-se realidade após o I Congresso Brasileiro e o II Congresso Latino-Americano de Neuropsicologia, realizados em São Paulo, em novembro de 1991, que congregou profissionais das mais diversas formações.

Isto foi possível porque a Neuropsicologia, sendo uma disciplina científica que se ocupa das relações entre modelos neurais (fornecidos pela Biologia) e modelos cognitivos (fornecidos pela Psicologia Cognitiva, Linguística, Psicolinguística, entre outras que se ocupam das funções cognitivas humanas) interessa a todos os clínicos que atuam na educação e na reabilitação dos distúrbios cognitivos adquiridos ou de desenvolvimento.

Desta forma, a Neuropsicologia diz respeito a médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e psicopedagogos. Motivava também inúmeros pesquisadores, biólogos, bioquímicos, lingüistas, psico-

lingüistas. Cumpre observar que, nos últimos tempos, filósofos, antropólogos, físicos, cientistas da computação, engenheiros, matemáticos, também têm-se voltado para este campo.

A Sociedade Brasileira de Neuropsicologia cria, portanto, um espaço efetivo para o estudo das "ciências cognitivas", com o objetivo de promover um intercâmbio científico entre profissionais e divulgar essa disciplina fundamental para o trabalho de clínicos e educadores.

Faz parte da diretoria da SBNp 18 profissionais de diversas áreas, como Norberto Rodrigues, neurologista (PUC/SP); Leticia Mansur, fonoaudióloga (USP); Irenilde Pereira dos Santos, lingüista (SP); Fernando Capovilla, psicólogo (USP) e outros. A sede da Sociedade fica à rua Wisard, 273 - casa 1, São Paulo, onde os sócios poderão dispor de biblioteca especializada, videoteca, publicações específicas da Neuropsicologia, acesso a pesquisas bibliográficas nas bibliotecas de outros centros nacionais e internacionais e demais serviços. Informações pelos telefones (011) 211-9720 ou 814-4858, nos horários das 9h00 às 12h30 e 13h30 às 18h00.

■ O L E I T O R E S C R E V E ■

Caso Baner

Ao que tudo indica, o governador do Estado de São Paulo, Antônio Fleury Filho, vem praticando atos semelhantes que muito lembram o caso PC Farias. Talvez queira prestar homenagem ao nosso presidente Fernando Collor. Estamos nos referindo ao escândalo do Baner-Banepa Serviços Técnicos, que veio à tona nos últimos dias, mostrando o lado obscuro do governo de São Paulo. A contratação de mais de quatro mil funcionários sem concurso, com salários que estão acima daqueles permitidos pela Constituição (12 milhões), incha o serviço público e é sintoma de uma administração corrupta que visa o clientelismo com fins eleitorais. O SINDSAÚDE, que representa os trabalhadores públicos de saúde no Estado de São Paulo, tomará providências. Exigirá investigações judiciais e apurações dos fatos referentes à denúncia. O funcionalismo público, concursado, que trabalha dignamente em prol da saúde, não pode aceitar argumentos fal-

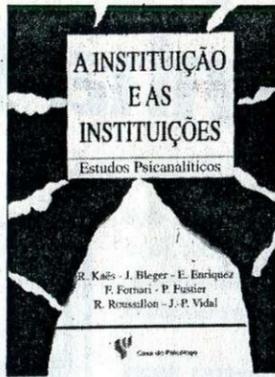
sos por parte do governo, que alega não ter arrecadação suficiente para reajustar os salários.

Mônica Valente, psicóloga e presidente do SINDSAÚDE

Formação do psicólogo

Concordo parcialmente com a colocação do professor Sigmar Malvezzi, na entrevista "Tendências e Perspectivas nas Organizações", edição nº 77. O professor colocou textualmente: "A questão é que o currículo não se realiza porque os alunos não têm tempo para estudar e não contam com professores preparados. É preciso elevar a qualidade do ensino. Veja quantos docentes da graduação possuem doutorado ou mestrado. São poucos". Como toda generalização, esta pecou por escamotear aspectos importantes. A meu ver o problema mais sério não está na titulação dos professores e sim na concepção e organização dos currículos do curso de Psicologia. A remuneração adotada pelas Mantenedoras das Escolas não contemplam minimamente o tempo de dedicação exigida de um professor. Não quero parecer indelicado, porém, embora reconhecendo a importância da titulação acadêmica, não a vejo como fundamental para a qualificação de um professor ou supervisor, especialmente na área da Psicologia do Trabalho, campo que está se redefinindo, se transformando em função das novas perspectivas definidas pelas megatendências do final do milênio.

Dino Beschizza Galvão Bueno, psicólogo e professor

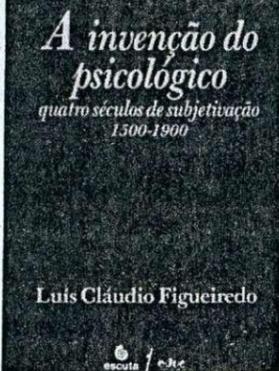


A Instituição e as Instituições

Na história de sua prática, os psicanalistas foram confrontados muito cedo com os efeitos do inconsciente dentro das instituições, sejam elas de tratamento, de formação ou de correção. Hoje, mais do que nunca muitos deles trabalham dentro do âmbito institucional. Exercem funções hierárquicas, políticas, econômicas ou terapêuticas. Essas diferentes experiências trazem uma série de questões sobre o inconsciente que aí se manifesta, o discurso que se produz e a demanda que se exprime. O objetivo desta obra é pôr em evidência a ordem própria da realidade psíquica mobilizada pelo fato institucional. Cada contribuição propõe os instrumentos conceituais destinados a assegurar ou questionar as práticas existentes. Mas, também servir de paliativo à falta atual de uma teoria psicanalítica da instituição.



autor descreve como podemos encontrar a felicidade em todas as fases de nossa vida. Basta prestarmos mais atenção ao nosso interior e aprendermos a controlar nossa consciência. Não é uma tarefa fácil, mas os resultados são enormes e compensadores.



O homem contemporâneo vive uma intensificação da experiência de ruptura, ao mesmo tempo em que se encontra em plena transformação o modo como esta experiência o afeta: é a relação do homem com o caos o que está em jogo nesta transição. É em torno desta relação que "A invenção do psicológico - Quatro séculos de subjetivação", problematiza a subjetividade contemporânea, bem como as diversas concepções da psicologia, emergindo das ruínas da modernidade.

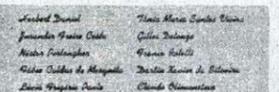


Exílio e tortura

Muito mais que uma descrição da tortura e das vicissitudes do exílio, os autores deste livro se interrogam sobre o significado da violenta arbitrariedade no psiquismo humano. Fazer psicanálise na América do Sul implica na escuta dessa incidência que coloca questões específicas para o psicanalista.

A psicologia da felicidade

Felicidade. Todos nós já a sentimos. Aquele sentimento estimulante que temos quando estamos de tal forma entretidos em alguma atividade que nada mais importa a não ser o momento. Mas, quais são os caminhos para a felicidade? Em "A psicologia da felicidade" o



Saúde Loucura 3

No terceiro número de "Saúde Loucura", as questões abordadas são: Aids, Sexualidade e Drogas. Neste trabalho, os dez autores discutem a influência do sexo, aids e drogas na vida das pessoas. Fazem parte deste livro, os seguintes estudos: "Anotações à margem do vi-

ver", "Os amores que não se deixam dizer", "O desaparecimento da homossexualidade", "Aids e drogas injetáveis", "Convivência com portadores de Aids e dependentes de drogas - Uma clínica de solidariedade", "Duas Questões", "Onde está o senhor?", "Drogas e êxtase", "Farmacodependentes e Aids" e "Toxicomania e Aids".



Métodos do trabalho corporal na psicoterapia junguiana

O livro aborda algumas das inúmeras controvérsias da profissão do psicoterapeuta. A narrativa é escrita em linguagem coloquial e destina-se a todos os interessados na complexa psique humana. A autora dá ênfase aos métodos de trabalho corporal, considerando-os um dos preciosos instrumentos psicoterápicos. Dedicada também algumas páginas à experiência da prática do Tai Chi Chuan, confrontando-a com a psicoterapia.



Vivendo em família

A família brasileira tem sofrido acentuadas mudanças nos últimos tempos. Atualmente, vive uma redução no seu tamanho médio, além de mudanças qualitativas, como no caso de família em que os filhos têm pais divorciados. Além de promover um debate na perspectiva social, a autora aborda outros temas, como: o modelo psicológico dos pais oferecido na socialização de seus filhos, a 'ovelha negra' da família, ciúme, inveja, competição, entre outros. O livro propicia uma experiência que procura ajudar o leitor a pensar sobre a família que carrega em si e que, também, tem ajudado a constituir.

CLIMERE

Curso de extensão
Psicanálise-Ludoterapia
Psicodiagnóstico
Psicoterapia breve
Psicologia organizacional
Supervisão individual e grupal

Rua Jônio, 60 - Jd. Mar
Fone: 448-8596 - S. B. Campo



O Direito ao Ensino

Conselho reage contra portaria do Ministério da Educação, que pode impedir os psicólogos de exercerem o magistério no 2.º grau.

Foto: Agência Folhas/Avani Stein

No dia 30 de junho, em reunião na Secretaria da Educação, os Conselheiros do CRP-06, Adermir Ramos da Silva Filho e Marlene Bueno Zola, acompanhados das psicólogas Laise de Barros e Alba Freitas de Araújo Silva, obtiveram dos assessores do Sr. Fernando de Moraes, Secretário de Educação do Estado de São Paulo, a informação de que será garantido aos psicólogos que se inscreveram para o concurso público, o direito de lecionar a disciplina de "Psicologia da Educação", embora essa matéria seja considerada, conforme o edital publicado no Diário Oficial, pertencente à área de Educação, para a qual os psicólogos naturalmente não estão habilitados.

A iniciativa de solicitar essa audiência à Secretaria da Educação teve como objetivo esclarecer definitivamente uma questão que há muito tempo vem sendo objeto da reivindicação dos psicólogos, ou seja, garantir aos licenciados em Psicologia a atribuição das matérias de "Psicologia do Desenvolvimento Pré-Escolar" e "Psicologia da Educação".

Na verdade, julgava-se que esse direito já estivesse assegurado pela Portaria nº 2.141, de 14 de novembro de 1991, que estabelecia as áreas de atuação dos psicólogos com licenciatura plena no 2.º grau. Entretanto, essa Portaria modificou a redação do artigo 1.º da Portaria 399, de 28 de junho de 1989, condicionando o exercício do magistério das referidas matérias, além da disciplina de "Psicologia", ao que "dispõem o Parecer nº 292/62 e os artigos 2.º e 4.º da Portaria nº 399/89".

Essa modificação, segundo o parecer da Assessoria Jurídica do CRP-06, transformou o que a princípio parecia uma conquista em um flagrante retrocesso, pois estabelece normas que podem inviabilizar o exercício do magistério

pelo psicólogo, uma vez que contrariam, inclusive, o currículo mínimo estabelecido para o Curso de Psicologia. Com a vigência dessa Portaria, os licenciados em Psicologia estariam obrigados a cumprir um estágio supervisionado de 160 horas, que não é obrigatório para a conclusão da licenciatura, assim como cursar algumas matérias que só são exigidas para a obtenção do diploma de Psicólogo. E como ficaria a situação daqueles que já concluíram os seus cursos, cumprindo as exigências do currículo oficial em vigor na época de sua formação?

Desde 1985, quando o Conselho emitiu o primeiro parecer, com o objetivo de fundamentar as reivindicações para o exercício do magistério, vem argumentando que "o psicólogo licenciado, portanto educador, recebe capacitação para o exercício da docência, tendo cursado um extenso rol de disciplinas diversificadas e inter-relacionadas. Curso, ainda, matérias específicas para licenciatura plena em Psicologia, que se preocupam em formar o "educador", independente da nomenclatura que possa designar tais disciplinas nos guias curriculares de cada instituição educacional, pública ou privada. Entende-se, dessa forma, que o psicólogo licenciado possa ministrar aulas a qualquer que seja o ramo ou nomenclatura que meramente acompanhe a matéria "Psicologia", porque logicamente raciocinando, qualquer ramo específico de uma ciência geral é dela derivado, e não dela dissociado e independente, como se tem, até então, erroneamente considerado".

Concretamente, é sabido que são os psicólogos que preparam os educadores para lecionar as disciplinas ligadas à "Psicologia da Educação", e não o contrário. Entretanto, como aconteceu recentemente, por ocasião da abertura das

inscrições para o concurso do Estado, os psicólogos que se inscreveram para "Psicologia da Educação" tiveram suas inscrições indeferidas imediatamente.

Laise de Barros, que leciona "Psicologia da Educação" há três anos numa escola particular, e há um ano no CEFAM - que forma professores para o 1.º grau - procurou o Conselho para tentar solucionar esse impasse, que tem criado diversos problemas para o seu exercício profissional. "A minha área de interesse é a Psicologia da Educação, e é nela que eu quero atuar. Minha mobilização para resolver essa questão não é apenas em função do concurso, mas também porque eu acredito que é necessário chegar a uma conclusão definitiva, que não dê margem a dúvidas. Afinal, a confusão permanece. Quem pode lecionar "Psicologia da Educação"? O psicólogo, o pedagogo, ou ambos? Toda essa indefinição e falta de clareza têm feito com que os psicólogos interessados na área da Educação percam muitas oportunidades de trabalho. Isso dá brecha para que alguns diretores de escola não nos deem aula, preferindo os pedagogos. Por outro lado, acredito que é importante a manutenção de psicólogos no Estado, num momento em que se faz tentativas para melhorar a qualidade do ensino. Acho que será uma grande perda, se nós, psicólogos, não estivermos colaborando com essa revisão do processo educacional. Em relação ao concurso, especificamente, eu acredito que uma forma de solucionar o problema (enquanto uma posição mais definitiva não é tomada) seria, primeiro, acabar com os indeferimentos e abrir novas inscrições para quem foi impedido de se inscrever e, segundo, criar uma prova especial para os inscritos em Psicologia que querem lecionar "Psicologia da Educação", ou

uma prova comum aos pedagogos e psicólogos interessados nessa área".

Para Alba Freitas de Araújo Silva, que também não conseguiu inscrever-se no concurso do Estado, toda essa situação remete a um problema muito mais grave que o simples impedimento de prestar o concurso. "Tenho visto muitos pedagogos lecionando 'Psicologia da Educação', sem compreender exatamente a natureza dessa disciplina, enquanto os psicólogos, que têm uma formação muito mais adequada a essa finalidade, estão sendo impedidos de ensinar. Dou aulas de Psicologia da Educação há três anos, para estagiários de Pedagogia que vão poder lecionar essa matéria, enquanto eu não tenho esse direito garantido por lei. Fica muito complicado entender essa absoluta falta de lógica".

Todas essas questões, que têm sido objeto de reivindicação do CRP-06, nos últimos sete anos, parecem ainda não ter sido compreendidas pelo Conselho Federal de Educação. Diante desse fato, após o parecer da Assessoria Jurídica, que se encontra à disposição dos interessados na sede do Conselho, foi tomada a decisão de entrar com um recurso junto ao MEC para que seja revista e esclarecida a Portaria 2.141. Em relação ao concurso promovido pelo Estado, após a reunião na Secretaria da Educação, o próximo passo será a formalização dos direitos assegurados. Para isso, segundo informações do Conselheiro Adermir Ramos da Silva Filho, está sendo elaborado um documento oficial do CRP-06 que, além de considerar todos os pontos em discussão, questiona, no caso específico do concurso, a priorização das vagas na disciplina de "Psicologia da Educação", uma vez que, segundo os assessores da Secretaria, pedagogos e psicólogos terão o mesmo direito de concorrer aos cargos disponíveis.

DEBATE E PARTICIPAÇÃO

Formação profissional

O tema que abriu o Encontro contou com a participação da psicóloga e ergonomista Regina Heloisa Maciel, da diretoria da Faculdade de Psicologia da PUC, Odette de Godoy Pinheiro, da professora de psicologia organizacional, Gérlia Luiza de Almeida, do estudante de psicologia André Ricardo Nogueira e de Walter Domingues, psicólogo e coordenador da mesa.

“A formação do profissional está baseada em três pontos: na defasagem do aprendizado com a prática, no estágio do psicólogo organizacional e do trabalho, no confronto entre a habilitação e capacitação profissional. Estas questões se inter-relacionam porque é o termômetro de como a formação passa a ser feita. Há uma defasagem daquilo que se ensina na universidade e o que acontece na prática. Isto ocorre por uma série de deficiências, inclusive pela falta de publicações de pesquisas. Não há nenhuma criatividade, embora exista um grande número de pessoas trabalhando em psicologia organizacional. Por outro lado, temos o desinteresse dos alunos, que também é uma consequência. Boa parte dos professores não têm atuação acadêmica ativa, provocando um distanciamento. Na maioria das vezes os alunos fazem as disciplinas de psicologia organizacional e do trabalho porque são obrigatórias. Deixam claro, desde cedo, que o interesse é clínico. O nosso diploma habilita qualquer coisa: o trabalho clínico, o institucional, o escolar, entre outros. Mas, será que estamos capacitados para fazer tudo isto? Há uma grande diferença entre habilitação e capacitação profissional”.

Regina Heloisa Maciel.

Bases sólidas

“Sempre repenso alguns pontos, e um deles, por exemplo, é a relação do profes-

sional com as exigências da sociedade. Qual o papel da universidade na formação dos psicólogos? A vida anda mais rápido que a academia. A universidade teria condições de oferecer conhecimentos não só de psicologia, buscando conceitos amplos da realidade. Se ela assumisse os seus compromissos de refletir, questionar e pesquisar, não transmitiria apenas conhecimentos. À universidade, não cabe apenas o dever de habilitar seus profissionais, mas fornecer bases sólidas e abrir-se para a comunidade em geral. O estágio é parte fundamental nesta formação, mas a lei que exigiu a existência da “clínica-escola” não garantiu as mesmas condições para os profissionais que atuam na parte organizacional e do trabalho. Atualmente, nenhuma empresa contrata estagiários para desenvolver essa função. A maioria das pessoas tem somente a visão do psicólogo clínico. E, nas empresas, ele é tido como um profissional de luxo. Qualquer crise é motivo para deixá-lo primeiro de lado”.

Odette de Godoy Pinheiro.

Falta interesse

“Quando iniciei psicologia, havia pessoas (alunos e professores) tentando melhorar o curso. Foram impedidos pela instituição por motivos políticos, falta de entendimento, entre outros fatores. Nem sempre as discussões equacionaram numa melhoria. Há falta de interesse entre alunos e professores para produzir novas práticas, em busca do ideal de formação, próximo à realidade. Às vezes, se pensa numa questão mais ampla, mas esquecem que o começo pode estar perto. Vou dar um exemplo: A Faculdade Metodista está no meio de São Bernardo do Campo, ao lado das empresas. Por que não se faz alguma coisa no âmbito da própria re-

gião, para depois pensar as grandes questões? Não conseguimos trabalhar psicologia dentro do próprio curso. Não temos um esquema acadêmico que provoque discussões, principalmente questões da psicologia do trabalho. Muitos alunos começam o curso para tentar resolver os seus problemas particulares ou entender melhor as pessoas ao seu redor. Correm o risco de tomarem consciência do próprio curso quando estiverem no fim. Ai, aparecerão os conflitos”.

André Ricardo Nogueira.

Parceria e responsabilidade

“Senti que a preocupação de todos é “O que vamos fazer”? Como conciliar as necessidades do aluno à realidade? A minha resposta é a seguinte: Nossa formação é permanente. Mesmo sendo psicólogos e trabalhando na área comportamental de uma empresa, temos a necessidade de conhecê-la como um todo. Esta é uma das principais críticas que passo em sala de aula. Não dá mais para ficarmos nos especializando somente numa caixinha. Temos que entender todos os segmentos para realizar um trabalho adequado. As empresas se encontram em processo de mudança no seu estilo administrativo. Elas devem passar a valorizar o profissional como pessoa e não só como recurso humano. Aceitar uma pessoa, inclui sim, suas deficiências e limitações. Temos que trabalhar em parceria com as áreas de marketing, finanças, produção e entender onde a empresa quer chegar. Não basta somente o conhecimento teórico, pois a empresa cobrará resultados. Mesmo que as faculdades, escolas, organizações se dêem as mãos, mudem seus currículos, abram suas portas para estágios, os responsáveis pela formação e carreira somos nós”.

Gérlia Luiza de Almeida.

Discutir a psicologia do trabalho, Segundo Encontro de Psicologia e T do Centro Empresarial de São I debateram junto com especialistas principais trechos das



Papel do psicólogo nas empresas públicas, mistas e privadas

Esta mesa redonda contou com a participação do administrador e sociólogo Archimedes Baccaro, do sociólogo Cléo Cid Carneiro, dos psicólogos José Paulo Correia de Menezes e Bartira Cataldi Rocha Bertoni.

“Vou analisar a atuação dos psicólogos tomando como exemplo a empresa onde trabalho. Considero primeiro que os recursos humanos precisam aliar-se às evoluções da empresa. Em todos os momentos, o psicólogo deve ser atuante, olhando a empresa como um todo. Onde trabalho, o profissional exerce funções conhecidas, tais como entrevistas com candidatos, avaliação de empregados, perfil psicológico, entre outras. Mas, o essencial é adequar o candidato à necessidade da empresa. Por isso, é necessário mudar as pessoas de suas áreas, procurando saber a atividade que melhor as satisfazem.

A consequência é uma maior produção e o objetivo é criar condições de adaptação de emprego, promovendo satisfação e motivação ao longo da vida profissional. Isto inclui também programas especiais de atendimento aos empregados e dependentes, ações preventivas e terapêu-

ticas, sempre com a presença do psicólogo. Para que haja esta organização, qualquer administração deve assegurar a valorização dos profissionais, envolvendo-os no processo. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento do programa de treinamento, pois todos devem estar bem entrosados. O psicólogo deverá sempre acompanhar o empregado. Não é porque uma pessoa entra na empresa que você deve soltá-la. Devemos assegurar a todos que o diálogo é muito importante. Colocarmos-nos como um amigo e nunca como um adversário. A força da direção pode ser da empresa, mas o motor é o RH”.

Archimedes Baccaro.

Vender produtos

“Ao invés de falar sobre o papel dos psicólogos nas empresas, vou me permitir fazer certas colocações. No trabalho não temos engenheiros, advogados e economistas. Temos sim, pessoas com determinadas formações que contribuem para a organização. Portanto, o papel das pessoas com formação em psicologia ou outra atividade qualquer é vender os produtos da empresa. O psicólogo, quando está

aplicando testes num candidato, está vendendo a imagem institucional de onde atua.

A Revolução Industrial estabeleceu a divisão do trabalho e isto existe até hoje. Segmentar as funções é a pior coisa que pode existir, pois cada um se preocupa exclusivamente com sua área. Porém, quando admitimos uma pessoa, não admitimos só braços e cérebros. Admitimos também o coração, porque tudo é integrado. Não se deve usar de tecnicidade nos processos seletivos, ou seja, usar a técnica com um fim em si mesmo. A técnica não pode ser um suporte para o desenvolvimento das pessoas. Isto não traz contribuição nenhuma na organização. O profissional com formação em psicologia é o que tem a melhor ferramenta acadêmica e metodológica. Em processos de mudanças, os aspectos comportamentais são mais importantes que os tecnológicos. Você pode comprar tecnologia, mas ela só vai gerar resultados através das pessoas. Vejo o psicólogo como um profissional necessário à transformação da cultura organizacional. Ele deve entender que existe um processo de mudança e contribuir para isso. Devemos nos preocupar com o auto-

desenvolvimento das pessoas e estarmos preparados para ocupar um cargo de maior responsabilidade”.

Cléo Cid Carneiro.

Perda dos ideais

“O que mais se fala nos últimos anos é na crise política, econômica e institucional. A especulação financeira prevalece sobre a produção; o mundo é muito incerto e a vida descontinua. Em contrapartida, as pessoas precisam de estabilidade, mesmo enfrentando o desemprego crescente desde a década passada. A situação gera pânico e individualismo. Daí me pergunto: como vamos ter integração dentro de uma empresa ou sociedade? O funcionário público não se coloca como um servidor, exercendo um trabalho dirigido à população. As condições para que isto aconteça são inaceitáveis e os mecanismos de reconhecimento profissional não estão vinculados à qualidade, mas sim à títulos, tempo de serviço etc. Não existe a cultura do autodesenvolvimento, como nas empresas particulares. Portanto, o psicólogo que atua na área trabalha com este quadro, onde foram perdidos os ideais de esperança”.

José Paulo Correia de Menezes.

EM RECURSOS HUMANOS

o seu futuro e a ética da profissão. Estas abordagens fizeram parte do trabalho, que aconteceu no dia 3 e 4 de julho, no Centro de Convenções Paulo. Cerca de 320 participantes, incluindo alunos e profissionais, visam a importância do trabalho dentro das empresas. Abaixo, seguem os palestras. As íntegras serão publicadas posteriormente.



Ética profissional

A mesa foi coordenada por Marlene Bueno Zola, psicóloga, professora universitária, diretora regional da Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social e Conselheira vice-presidente do CRP-06. Para integrá-la foram convidados Brônia Liebesny, psicóloga, professora universitária da cadeira de Ética profissional e Conselheira do CRP-06; Mirsa Elisabeth Dellosi, psicanalista, professora universitária da cadeira de Ética profissional e assistente técnica em Saúde Mental da Secretaria do Estado da Saúde/SP; e Antônio Carlos Simonian dos Santos, psicólogo, professor universitário e delegado do CRP-06, em Santos.

“Enquanto o fazer que identifica uma categoria profissional, o fazer da psicologia implica num compromisso pessoal, com objetivos claros, que vão além da estreita moralidade de manutenção da sociedade. A reflexão e consciência de tal compromisso implica em responsabilidade, conteúdo primordial da Ética.

Ética se refere a um modo de ser do homem, que se reflete nas suas ações cotidianas e nos objetivos a que ele se propõe para si e para o meio em que vive. Entendendo que a conscientização se dá pela reflexão sobre o fazer que compete a cada um. A responsabilidade pela psicologia que fazemos resulta da nossa compreensão e significação do papel do psicólogo, como indivíduo que se reconhece pertencente a uma sociedade, através de sua inserção mais concreta no grupo dos profissionais”. **Brônia Liebesny.**

Ser completo

“Refletindo sobre a formação dos futuros psicólogos, penso que, em última análise, todos os artigos do nosso código de Ética remetem a uma consciência subjetiva. Temos nos perguntado, em nossa reflexão com

os alunos, que modelo de psicólogos nós queremos, dada essa diversidade de possibilidades de atuação. Não é fácil, porque a pretensão não é ensinar. A pretensão é que a partir daquilo que é vivenciado, colocado e quando passível de uma articulação teórica, alguma coisa possa ser aprendida. Mas, ensinar Ética? Penso que é impossível. Acho que a Ética se faz no exercício, na prática. Como se ensinava na Grécia antiga: na virtude, no hábito, na questão da ação, da consciência que leva à felicidade, que é a consciência do fazer bem feito. A consciência de ter sido completo, no sentido de ser o melhor possível, numa determinada ação”. **Mirsa Elisabeth Dellosi.**

Função de julgar

“Uma das realidades do Conselho é a de encontrar colegas que vêm trazer denúncias sobre o desempenho inadequado de outros colegas. Profissionais falando do desempenho de outros profissionais. Na minha aproximação com o Conselho, tomei contato com esse espaço de julgar o igual (o que é mais difícil) e que se tornou supostamente de igual por alguma razão. Essa é a ocasião de tomar um depoimento, esquecer a empatia, pensar na sociedade, na norma, julgar, punir, absolver. Nesse momento, o Conselho está exercendo uma função que é outorgada pelo poder público, que de uma maneira bastante incômoda se julga incompetente para julgar não só o psicólogo, mas o médico, o engenheiro, o assistente social, e institui órgãos para realizar o papel de juiz. O Conselho pratica a chamada Ética restritiva, que é aquela que dispõe sobre a prática profissional, argumentando sobre o certo e o errado. Acredito que é mais interessante falarmos da chamada Ética produtiva, que é o próprio exercício da função terapêutica, o exercício da prática e da nossa subjetividade”. **Antônio Carlos Simonian dos Santos.**

Psicologia organizacional e recursos humanos: tendências e perspectivas

A mesa foi coordenada por Antônio Valdir Biscaro, psicólogo com especialização em psicologia organizacional, professor universitário, conselheiro representante dos funcionários e assessor sindical para assuntos de recursos humanos em empresa pública. Para integrá-la foram convidados Luiz Vicente Bezinelli, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, com especialização na Espanha e Estados Unidos, professor universitário, pesquisador e consultor de empresas; Lauro Escano, psicólogo e coordenador de treinamento e desenvolvimento em empresa privada; e Sigmar Malvezzi, doutor e pesquisador em psicologia organizacional e professor universitário.

“A política inovadora de recursos humanos parte para o que, até pouco tempo, muitos não acreditavam. Muda até o sentido do humano. Durante longos anos uma das grandes críticas feitas ao psicólogo era de que ele era um sonhador. Na verdade, talvez passasse pela cabeça da maioria dos psicólogos organizacionais, algo muito próximo da humanização do trabalho. A impressão e a conclusão a

que chego é: a humanização deixou de ser desejada. Nós não temos de humanizar e esse é um ponto para reflexão. Não é uma afirmação categórica. Mas, nós passamos muito tempo tentando enganar as pessoas, nós, homens de recursos humanos.

Durante muito tempo, a frase “você são o patrimônio mais importante da nossa organização”, foi a mais repetida nas festinhas de Natal. Ocupávamos-nos em fazer um churrasquinho, um time de futebol, a cesta básica; enfim, tudo aquilo que poderíamos fazer para enganar alguém. Eu chamaria de suborno branco. Como demonstram várias pesquisas, as pessoas sabiam que estavam sendo enganadas e desejavam, ao menos, serem tratadas com honestidade. Portanto, a idéia do RH, hoje, é de transparência total. É a verdade, acima de tudo. O objetivo é ser extremamente honesto com a pessoa, dizendo: “A nossa filosofia é essa, a nossa identidade é essa, a ação é essa. É uma empresa que pensa assim, que investiu um determinado capital para ter um determinado lucro”. **Luiz Vicente Bezinelli.**

Internalizar conceito

“Nós estamos vivendo um momento na história da área de recursos humanos e na história da psicologia, que considero um momento-chave. Nas questões que se colocam, a nível de mudança, não consigo acreditar no encontro de nenhuma ciência que possa colaborar mais do que a psicologia. Evidentemente, toda a ciência tem a contribuir, mas creio que a psicologia precisa assumir uma posição com relação a essa mudança. Por uma questão de acomodação profissional, os psicólogos tendem a se perpetuar no cargo que ocupam na empresa. Como a própria tendência indica, não acredito que a área de RH tenha uma vida muito longa. Assim como na clínica, onde é necessário o processo de internalização do terapeuta para que o trabalho com o paciente possa acontecer. Acredito que é preciso começar a desenvolver esse sentido também dentro das organizações. Em breve será possível termos pouca gente trabalhando na área do RH e muitos agentes de recursos humanos, que são pessoas das mais diversas formações, com níveis de escolaridade di-

ferenciados, mas que efetivamente internalizaram o conceito de RH. **Lauro Escano.**

Pensar a prática

“O que é recurso humano? Recurso humano é o uso dos conhecimentos da psicologia do trabalho, dentre outros. O que acontece conosco é que saímos da faculdade, onde adquirimos alguns conhecimentos, e não nos preocupamos em produzir novos conhecimentos. Nós nos preocupamos apenas em usar, mas esquecemos que a prática, em si mesmo, é produtora de conhecimento, porque ela confirma ou rejeita teorias.

Nesse sentido, temos uma responsabilidade, porque a prática (eu garanto que a maioria das pessoas aqui deve ter uma prática tão rica quanto a minha) não é colocada no papel. E por que isso não acontece? Porque acaba se perdendo a perspectiva crítica sobre o próprio trabalho, na medida em que se está empenhado em encontrar soluções para a avalanche de problemas que caem todos os dias sobre os nossos ombros”. **Sigmar Malvezzi.**

"Um motivo aparece continuamente no curso de uma obra: ele é repetido. A pura repetição, porém, engendra monotomia, e esta só pode ser evitada pela variação"
(Arnold Schoenberg)

CHAPA I - CRP-06

SEGUNDO MOVIMENTO

POR QUE SEGUNDO MOVIMENTO

Muitas transformações ocorreram no Conselho Regional de Psicologia - é preciso resgatar a memória - desde que gestões comprometidas com as transformações sociais e políticas em nosso país assumiram a direção do Conselho.

A gestão MOVIMENTO destaca-se como marco decisivo neste processo, por ter seguido, ao longo dos últimos 3 anos:

- tornar o Conselho mais acessível e próximo dos psicólogos;
- descentralizar suas ações e iniciativas;
- tornar-se um referencial visível à prática profissional;
- desencadear discussões e ações com repercussões de âmbito nacional, sempre visando o desenvolvimento e a valorização da profissão, bem como a re-significação da instituição;

• engajar-se, desde a primeira hora, na condução e participação do Processo Constituinte que decidirá sobre os rumos e sentidos de sua existência.

A Chapa Segundo Movimento traz como herança estas preocupações e esta política.

QUEM SOMOS

Para as chapas Segundo Movimento (Federal e Regional) as noções de Cidadania e Democracia constituem os balizadores fundamentais para o estabelecimento de uma Ética - para além da Ética Profissional - que irá nortear as ações e iniciativas do Conselho. Isso implica assumir um compromisso verdadeiro com:

- o cidadão que recorre ou tem o direito de recorrer ao psicólogo;
- o profissional psicólogo quando este busca no Conselho orientação ou apoio para as suas demandas;
- a categoria, o que significa não abrir mão ou renunciar a qualquer forma de representação ou mandato nos órgãos diretivos da entidade.

CHAPA SEGUNDO MOVIMENTO NO REGIONAL

Conselheiros Efetivos:

Adermir Ramos da Silva Filho - CRP-06/24037-7
Benedita Antonia Watanabe - CRP-06/5440-7
Carolina do Rocio Klomfahs - CRP-06/6130-0
Claudio de Carvalho Rossi - CRP-06/33955-6
Eliana Marta Monaci - CRP-06/4375-2
Graça Maria Marino Totaro - CRP-06/23760-7
José Zula de Oliveira - CRP-06/24651-7
Leonel Braga Neto - CRP-06/31911-8
Maria Regina Tonin - CRP-06/15231-7
Marlene Bueno Zola - CRP-06/4262-1
Mauricio Lorenção Garcia - CRP-06/19019-2
Mauro Hollo - CRP-06/20226-7
Rosane Espirito Santo Tavares - CRP-06/5539-2
Sílvia Esteves - CRP-06/24185-6
Tânia Maria José Aiello Tofolo (Tsu) - CRP-06/1502-0

Conselheiros Suplentes:

Carla Pinheiro França - CRP-06/19405-9
Christian Ingo Lenz Dunker - CRP-06/33930-0
Fani Hisgail - CRP-06/15481-1
Ines Pires D'Avila de Almeida - CRP-06/26993-6
Lea de Goes Botelho - CRP-06/3529-9
Luiz Sergio de Oliveira Maciel - CRP-06/883-6
Maria Aparecida Amorim Fernandes - CRP-06/17063-3
Maria Cecília Ramos da Silva Santos - CRP-06/17751-3
Maria Tereza Rodrigues de Abreu - CRP-06/6118-1
Maria Terezinha Cassi Pereira Yukimitsu - CRP-06/17738-6
Rosa Maria Tedeschi Vieira da Costa - CRP-06/1459-5
Sandra Mara Garbo - CRP-06/6720-8
Sara Raquel da Silva - CRP-06/25411-8
Terezinha Tomé Baptista - CRP-06/3302-9
Vicente Nascimento Alves - CRP-06/18341-8

O QUE QUEREMOS

Nossos princípios

- Afirmação da especificidade da profissão do Psicólogo;
- Afirmação do Conselho como protagonista da cena social, posicionando-se publicamente e servindo de referência, para a sociedade e para os profissionais, sobre questões sociais relevantes que digam respeito à Psicologia;
- Caracterização do CRP como veiculador de informações relevantes acerca do exercício profissional;
- Afirmação do CRP enquanto promotor de constantes debates visando a qualidade do exercício profissional.

Propostas de ação

Quanto à especificidade da Psicologia:

- Promover discussões acerca da implicação da prática psicológica na saúde e qualidade de vida do cidadão;

- Promover discussões e posicionar-se em questões que digam respeito a identidade profissional, particularmente em relação a:

- produção do conhecimento em Psicologia;

- atuação em equipes multiprofissionais;

- práticas alternativas;
- formação profissional.

Quanto ao papel do Conselho na cena social:

- Participar em movimentos de defesa dos direitos da cidadania e na formulação de políticas públicas, tais como: Estatuto da Criança e Adolescente; direitos dos pacientes ditos psiquiátricos; 9ª Conferência Nacional de Saúde e 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental; Fórum em Defesa da Escola Pública, entre outros.

- Atuar junto às instituições e meios de comunicação, visando a valorização profissional, a divulgação dos direitos da população aos serviços psicológicos e o posicionamento público do CRP em questões de relevância social.

Quanto às informações sobre o exercício profissional:

- Organizar informações coletadas no trabalho da entidade, bem como aquelas constituídas ao longo da sua história, de modo a torná-las disponíveis aos psicólogos e a Universidade.

Quanto à promoção de eventos:

- Promover e/ou apoiar institucionalmente debates, congressos e publicações de interesse da profissão;

- Aperfeiçoar e manter a política de descentralização, que permitiu nos últimos 3 anos uma série de iniciativas regionais das Delegacias;

- Participar do Processo Constituinte, entendido como espaço de reestruturação, atualização e legitimação das entidades da categoria.

MESMOS PRINCÍPIOS

CHAPA I - FEDERAL

No segundo movimento, o andamento da música se altera: nasce do primeiro, e dele se diferencia, num processo de contínuo crescimento

SEGUNDO MOVIMENTO

POR QUE O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA?

Porque entendemos ser ele o fórum privilegiado, onde as diferenças regionais têm a oportunidade de aparecer e, respeitadas, possam criar um campo na direção da Especificidade e da Ética da Psicologia no Brasil. A possibilidade de constituição deste campo depende da produção dos Conselhos Regionais que, implicados em suas diferenças, tornam possível a identificação dinâmica da Psicologia.

Desta forma, a articulação entre Conselho Federal e Conselhos Regionais modifica-se, priorizando as ações aglutinadoras e orientadoras, oriundas dos Regionais, em relação às ações tradicionais de "segunda instância", norteadas pela fiscalização e normatização.

Numa antecipação das questões que levaremos a esse campo, destacamos os princípios que conduzem nossa candidatura ao Conselho Federal de Psicologia:

Das Questões da Especificidade

- A Especificidade da Psicologia só pode ser proposta a nível nacional;
- Na Especificidade da Psicologia, a relação com o usuário exige parâmetros mínimos quanto ao esclarecimento das demandas formuladas;
- A Especificidade da Psicologia impõe o manejo de uma técnica sustentada por uma articulação teórica compatível;
- Na Especificidade da Psicologia, explicita-se uma formação universitária adequada às necessidades da Comunidade;
- A Especificidade da Psicologia não exclui outras possibilidades terapêuticas;
- Na Especificidade da Psicologia, cabe à formação universitária do psicólogo possibilitar que a história das práticas e a busca de novas intervenções constituam-se como campo de pesquisa e de conhecimentos passíveis de transmissão;
- A Especificidade da Psicologia requer o reconhecimento do êxito do exercício profissional, nas diversas experiências de atuação do psicólogo;
- Na Especificidade da Psicologia, a ação do psicólogo visa a promoção da saúde, através de ações em equipes multiprofissionais;
- A Especificidade da Psicologia exige uma organização dos psicólogos representados em estruturas minimamente burocratizadas.

CHAPA SEGUNDO MOVIMENTO NO FEDERAL

- **Mirsa Elisabeth Dellosi** (CRP.06/3457): Psicanalista, professora Ética Profissional da UNIP (Objetivo); Assistente Técnica em Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde; ex-conselheira CRP-06 Gestão Palavra Aberta I (83/86).

- **Valter Apolinário Filho** (CRP.06/21980-3): Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC/SP; psicanalista, professor universitário - UNIMEP; Conselheiro do CRP, Gestão Movimento.

- **Antonio José Angelo Motti** (CRP.06/12008): Graduação pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso e especialização em Psicologia Social; atuação como psicólogo na APAE, FUNABEM e CBIA (Campo Grande); Delegado do CRP, Gestão Movimento, na Delegacia de Campo Grande - MS.

PARA FALAR COM A GENTE

TELEFONES

São Paulo
542-0578
ABC
418-9931
Guarulhos
209-6169

Das Questões Éticas

- Por uma Ética que reconheça o trabalho do profissional psicólogo como uma prática necessária para o efetivo atendimento à Saúde da população;
- Por uma Ética que democratize o acesso da população aos serviços psicológicos;
- Por uma Ética profissional que se respalde na Ética Social, garantindo-se o resgate da cidadania como direito inalienável de todo cidadão;
- Por uma Ética que distingua "dilema" de "conflito";
- Por uma Ética que recupere a demanda como elemento norteador das práticas profissionais;
- Por uma Ética que implique os profissionais psicólogos na responsabilidade dos seus atos;
- Por uma Ética que respeite e inclua as diferenças nas relações cotidianas.

Metas

- Promover discussões a nível NACIONAL sobre a especificidade da Psicologia;
- Divulgar, por jornal e revista, as experiências dos psicólogos das diversas áreas de atuação, distinguindo-se a especificidade sem prejuízo das especializações;
- Participar do Processo Constituinte promovido pela Autarquia, dando voz a todo psicólogo, para que possa surgir a melhor forma de organização da categoria;
- Analisar as questões sociais relevantes e posicionar-se publicamente pontuando os seus determinantes psicológicos;
- Dar continuidade aos encontros para a discussão da formação do psicólogo brasileiro;
- Encontrar estratégias de aproximação entre o CFP, CRs e a categoria. Como exemplo, rodízio dos locais das reuniões plenárias do CFP.

APOIOS ÀS CHAPAS SEGUNDO MOVIMENTO - FEDERAL E REGIONAL - ATÉ ESTA DATA:

Ana Lucia Francisco, Marcos Goursand de Araujo, Antonio Valdir Biscaro, Telma Regina de Paula Souza, Henriette Moratto, Oscar Cesarotto, Geraldino Alves Ferreira, Dr. Belisário Marques de Andrade, Antonio Sousa e Silva, Maurício Gobbi, Luiz Vicente Bezinelli, Archimedes Baccaro, Vilma Bastos, Rosa Maria Sabino Pessoa, Ana Maria Simões Martins, Devanir Merengué, Silvio Kurt Schulze, Brônia Liebesny, Regina He-loísa M. O. Maciel, Herval Pina Ri-

beiro, Ana Pita, Jorge Forbes, Edme Luposeli, Lia Pitliuk, Leni Sato, Tito Rodrigues de Albuquerque Cavalcanti, Maria Cecília Côrrea de Faria, Carmem Savorani Molloy, Isabel Mainetty, Edson Olivari de Castro, Roberta Bertoni, Andrea Schiling, Marisa Samea, Beatriz Lefevre, Laize de Barros, Cláudio Garcia Capitão, Alberto Rocha Barros, José Roberto Eloane, Ana Maria Rodrigues da Costa, Leda Maria Oliveira Regis, Luiz Carlos Fernandes.

MESMA ÉTICA



PORQUE SOMOS OPOSIÇÃO

1 Porque queremos tornar o CRP-06 uma entidade de defesa e de exercício da cidadania, através da qual os psicólogos possam intervir de forma organizada no espaço social, manifestando-se claramente a favor da ordem democrática e dos direitos à cidadania, especialmente em questões e temas como: SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO. Para tanto, tomamos como referência o pleno direito à vida – não só à sobrevivência, mas à dignidade do cidadão. O CRP-06 tem que se pronunciar publicamente em questões como: políticas de Saúde e de Educação, luta antimanicomial, extermínio de menores, etc.

2 Porque queremos transformar o conceito de fiscalização do exercício profissional, substituindo a culpabilização individual por uma orientação que priorize os determinantes da qualidade deste exercício.

3 Porque queremos que o CRP-06 supere a posição de retraimento e abra a discussão sobre a natureza e estrutura dos Conselhos Profissionais, dada a necessidade de democratização destas entidades, frente ao processo de transformação da sociedade brasileira.

4 Porque queremos que os psicólogos tenham o CRP-06 como seu espaço de articulação profissional, e que a sede do CRP-06 possa ser frequentada com liberdade e sem constrangimento.

5 Porque queremos a descentralização das ações do CRP-06, garantindo autonomia administrativo-financeira das Delegacias, e a valorização de projetos voltados para o contexto específico de cada região.

6 Porque queremos que o CRP-06 seja instrumento de representação das diversas práticas profissionais específicas, garantindo espaço para organização de todos os psicólogos, sem privilégios e/ou discriminações.

7 Porque queremos anuidades compatíveis com a realidade econômica dos psicólogos.

8 Porque queremos maior democratização do processo eleitoral do CRP-06 através da liberdade de opção pelas formas de votação, do apoio material às chapas inscritas, e da não utilização da máquina administrativa em favor de nenhuma chapa específica.

PROPOSTAS DE AÇÃO

SAÚDE

Desenvolver ações que contribuam para a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), que possibilite acesso à saúde para todos, através de:

- garantia de financiamento adequado aos setores de saúde;
- gerenciamento democrático e transparente. Todo apoio, portanto, à criação, implantação e funcionamento dos Conselhos de Saúde que representem os diversos segmentos da sociedade;
- defesa do trabalho do psicólogo como integrante de equipe multiprofissional.

SAÚDE MENTAL

- assumir posição de destaque na defesa da aprovação da Lei "Paulo Delgado" e de todas as iniciativas que visem garantir os direitos dos doentes mentais, e combater a internação compulsória em asilos;
- lutar pela ampliação dos serviços públicos em Saúde Mental já existentes, que se baseiem na atuação multiprofissional e que sejam alternativas à internação psiquiátrica;
- discutir e organizar, com a comunidade e profissionais, propostas e programas de Saúde Mental, para que estes sejam implantados em locais onde governos estadual e municipal estejam omissos;
- apoiar propostas e programas de Saúde

Mental em andamento que visem a desospitalização e que, ao mesmo tempo, trabalhem em uma perspectiva de promoção da qualidade de vida da população.

PSICOTERAPIA(S)

- promover uma discussão criteriosa a respeito das diversas práticas psicoterápicas – sem demarcações previamente concebidas – buscando debater amplamente as questões de natureza ética, científica, e da qualidade do serviço pretendido, implicadas neste campo do exercício profissional.

MENORIDADE

- combater, de forma vigorosa, o extermínio de menores, bem como as práticas asilares e de exclusão no tratamento de crianças das classes populares;
- contribuir para a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo o direito à cidadania destas crianças e jovens;
- influir na formulação das políticas públicas para o setor.

EDUCAÇÃO

- discutir com os psicólogos e instituições educacionais, especialmente do setor público, as perspectivas do trabalho da Psicologia neste contexto, avaliando as práticas existentes e buscando ampliar as políticas de atuação neste campo;
- apoiar efetivamente os movimentos em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, para toda a população;
- participar, conjuntamente ao CFP e outras entidades, do processo de votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

FORMAÇÃO

- estabelecer interlocução com as instituições formadoras, criando espaços de debate sobre as relações entre a formação e a profissão, através da discussão, por exemplo, do currículo mínimo, dos estágios, das condições infra-estruturais, etc. Dessa forma, respeitando a autonomia universitária, o CRP-06 buscará fomentar a participação dos diferentes setores envolvidos na discussão, visando, assim, elucidar os limites e possibilidades concretas da formação acadêmica em Psicologia.

TRABALHO

- discutir e avaliar as experiências diferenciadas no campo da Psicologia do Trabalho e das Organizações, buscando integrar os profissionais isolados em suas instituições, a fim de se possibilitar uma reflexão crítica das práticas psicológicas neste contexto. Para tanto, o CRP-06 deverá formar grupos de trabalho sobre os diversos temas que compõem as esferas de atuação profissional destes psicólogos.

DIVULGAÇÃO

- redimensionar o papel do Jornal do CRP-06, de tal forma a constituir-lo como instrumento de interlocução da categoria, abordando aspectos efetivamente relevantes para o exercício da profissão.
- implementar outras formas de publicação, como boletins ou revistas, que contemplem a divulgação e discussão das diferentes experiências que vêm sendo realizadas nos campos da Psicologia.

QUEM SOMOS

EFETIVOS

- ✦ **BENEDITO ADALBERTO BOLETTA DE OLIVEIRA** – Psicólogo Clínico e Institucional com atuação nas áreas de Menoridade e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. Ex-conselheiro vice-presidente do CRP-06 (86/89). Ex-conselheiro do CFP (90/91).
- ✦ **CELZO ZONTA** – Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela PUC/SP. Professor e Supervisor de Estágio em Comunitária do curso de Psicologia da UNESP de Bauru. Ex-delegado do CRP-06 (90/91).
- ✦ **CRISTINA AMÉLIA LUZIO** – Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Professora e Supervisora de Estágio em Clínica do curso de Psicologia da UNESP de Assis.
- ✦ **GERALDO RODRIGUES LOUREIRO JÚNIOR** – Pós-graduando em Psicologia Clínica. Psicólogo Clínico e Consultor em Recursos Humanos.
- ✦ **JOSÉ ROBERTO TOZONI REIS** – Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Ex-conselheiro do CRP-06 (80/83). Ex-conselheiro do CFP (86/89). Psicodramatista e Professor da Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP.
- ✦ **JULIO GROPPA AQUINO** – Mestre e Doutorando em Psicologia Escolar pela USP. Professor do Departamento de Educação da UNESP de Rio Claro.
- ✦ **LÍGIA VALÉRIA GIANNI** – Psicoterapeuta com atuação em instituições na área de Saúde Mental.
- ✦ **LEYLA VENEGAS FALSETTI** – Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Psicóloga do Hospital das Clínicas da FMUSP. Psicanalista e Professora universitária.
- ✦ **MÁRCIA ARRIVABENE SANCHES SPINOLA** – Psicóloga Organizacional, com Pós-graduação em Administração de Recursos Humanos pela UNIP.

- ✦ **MARIA DE LOURDES KATO** – Mestre em Psicologia Escolar pela USP. Psicoterapeuta e Professora universitária da UNIMEP.
- ✦ **MARIA SILVIA DE MESQUITA BOLLGUESE** – Psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Sedes Sapientiae. Professora universitária e Supervisora de Estágio em Clínica.
- ✦ **ODAIR SASS** – Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela PUC/SP. Coordenador dos Núcleos de Ensino da UNESP.
- ✦ **VERA LÚCIA MARTINS DO VALLE** – Psicóloga Clínica. Supervisora de Estágio em Clínica.
- ✦ **VERA RODRIGUES** – Mestre em Psicologia Escolar pela USP. Psicóloga da Prefeitura/SP. Membro da Diretoria da Federação dos Professores de São Paulo (FEPESP). Professora universitária e Supervisora de Estágio em Escolar e Institucional. Ex-conselheira do CRP-06 (90/91).
- ✦ **WALTER DE PAULA PINTO FILHO** – Psicólogo Organizacional com atuação na área de Recursos Humanos do BANESPA. Ex-professor universitário e Supervisor de Estágio.

SUPLENTE

- ✦ **CÁSSIA REGINA RODRIGUES** – Mestranda em Psicologia Clínica pela PUC-CAMP. Docente Assistencial da Faculdade de Medicina de Marília.
- ✦ **CELIDENISE CAVALLARI** – Mestranda em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Psicanalista com trabalho institucional na área de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. Ex-fiscal do CRP-06.
- ✦ **CLAUDIA MARIA SODRÉ VIEIRA** – Psicoterapeuta com formação em Psicanálise. Professora universitária e Supervisora de Estágio em Clínica.
- ✦ **ERANE PALADINO** – Mestranda em Psi-

- ✦ **colgia Clínica pela PUC/SP. Psicoterapeuta com especialização pelo Sedes Sapientiae. Professora universitária.**
- ✦ **ERASMO MIESSA RUIZ** – Mestrando em Educação pela UFSCAR. Pesquisador na área de Saúde Mental e Trabalho da USP/Rib. Preto. Ex-delegado do CRP-06 (90/91).
- ✦ **LEILE FERNANDES SILVERIO** – Psicoterapeuta com formação em Psicanálise. Membro da Associação dos Psicólogos de Dourados/MS.
- ✦ **MARIA ELISA PACHECO** – Psicóloga Clínica. Ex-professora universitária e Supervisora de Estágio.
- ✦ **MARIA SALETE ABRÃO NUNES DA SILVA** – Psicanalista com especialização pelo Sedes Sapientiae. Supervisora de Estágio em Escolar.
- ✦ **MARÍLIA GONÇALVES** – Mestranda pela UNICAMP. Psicóloga do Setor de Geriatria e Gerontologia da Escola Paulista de Medicina.
- ✦ **MILTON LUIZ CARDASSI** – Psicodramatista com formação pela Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama.
- ✦ **MITSUKO MAKINO ANTUNES** – Mestre em Filosofia da Educação e Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Professora da Graduação e Pós-Graduação da PUC/SP.
- ✦ **NELSON ANTONIO FONTES COUTINHO** – Psicólogo clínico. Ex-diretor e membro fundador da ABR (Associação Brasileira de Rolfistas). Atual Diretor e Professor Assistente da Guild for Structural Integration.
- ✦ **NILTON JÚLIO DE FARIA** – Mestrando em Filosofia pela PUC/SP. Psicoterapeuta. Professor da PUC/SP.
- ✦ **OTHON VIEIRA NETO** – Psicoterapeuta com formação em Psicanálise. Professor universitário e Supervisor de Estágio em Clínica.
- ✦ **SÉRGIO OZELLA** – Mestre e Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP. Professor da Graduação e Pós-Graduação da PUC/SP.

O CFP E A SOCIEDADE CIVIL

O Conselho Federal de Psicologia deve ser um foro de representação dos psicólogos capaz de atuar efetivamente, a nível nacional, nas questões específicas do exercício profissional, bem como nas questões mais amplas do contexto sócio-político do país. Isto significa engajar o CFP na discussão dos temas que afetam os cidadãos brasileiros, sobretudo neste momento que o país atravessa, tais como:

► mobilizar a categoria e encaminhar, junto com outras entidades civis, a discussão sobre a reforma da Constituição Federal, em 1993, visando preservar e ampliar as conquistas sociais e individuais já garantidas na atual Constituição.

► lutar, junto com outros segmentos da sociedade civil organizada, pela regulamentação de vários artigos da Constituição que carecem de leis ordinárias que os tornem efetivos.

COMPOSIÇÃO DA CHAPA 2: PSICOLOGIA E CIDADANIA PARA O CFP

Membro Efetivo: **ÁLVARO TRUJILLO** - Psicólogo Clínico. Supervisor extra-acadêmico em Psicologia Clínica.

1º Suplente: **IRMA MACÁRIO** - Professora e Supervisora de Estágio das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. Supervisora em Psicoterapia Infantil.

2º Suplente: **IVONE KHOURY** - Doutora em Psicologia Educacional pela PUC/SP. Professora da Graduação e Pós-Graduação da PUC/SP. Diretora do Centro de Educação da PUC/SP.

ALGUMAS PRIORIDADES

- **Lutar** pelo ensino público e gratuito, de boa qualidade, em todos os níveis;
- **Discutir** e acompanhar, junto ao Congresso, a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- **Posicionar-se** pela implantação integral e efetiva do Sistema Único de Saúde, a níveis nacional, estadual e municipal;
- **Apoiar** integralmente a Lei "Paulo Delgado", bem como incentivar as discussões que ensejem ações alternativas à internação compulsória;
- **Participar**, ativa e efetivamente, da discussão de todas as questões que implicam a cidadania, tais como: pena de morte, ética social, menoridade, aborto, drogas, etc;
- **Conhecer** e discutir as práticas psicológicas contemporâneas que, a partir das novas demandas de mercado, se afastaram das áreas tradicionais de atuação, com o intuito de reconfigurar o espaço da Psicologia no contexto social;
- **Retomar** o debate sobre a Formação Profissional em Psicologia, tentando delinear a estrutura da formação no país;
- **Criar** condições para a participação de toda a categoria na discussão da natureza dos Conselhos Profissionais, subsidiando, assim, o Foro Deliberativo sobre a estrutura destas entidades, já agendado para 1993.

Para a viabilização de tais propostas, torna-se imprescindível restabelecer o relacionamento entre o Conselho Federal e CRP-06, bem como estreitar as relações com os demais CRPs. Além disso, é de fundamental importância promover uma sólida articulação com outras entidades representativas da sociedade civil.

Por fim, as propostas aqui apresentadas implicam uma Psicologia comprometida com a construção de uma sociedade que possibilite o exercício da cidadania na sua plenitude.

LISTA INICIAL DE APOIO ÀS CHAPAS PSICOLOGIA E CIDADANIA PARA O CRP-06 E PARA O CFP:

ANA BAHIA BOCK (PUC-SP)
 ANA MELLO (Dir. Creche USP Ribeirão)
 ANA TERESA CERQUEIRA (UNESP Botucatu)
 ANDRÉ LUIS SOUZA (Vice-Pres. Sind. Trab. Emp. Hab. Des. Urb. - SP)
 ANTONIO CARLOS CESARINO (Comis. Justiça e Paz-SP/Psiquiatra Supervisor NAPS e Ambulatórios Saúde Mental)
 ANTONIO CARLOS RONCA (PUC-SP)
 APARECIDA LINHARES PIMENTA (Secretaria Saúde Santos)
 BEATRIZ WHITAKER LEFEVRE (HC-SP)
 CANDIDA HELENA PIRES DE CAMARGO (HC-SP)
 CRISTIANA PRADEL (Univ. Guarulhos)
 DORA LORCH (Pesquisadora)
 DURLEI CAVICHIA (UNESP Araraquara)
 HEIDI TABACOF (Núc. Psicanálise, Cinema e Video)
 IEDA BENEDETTI (UNOESTE)
 JOÃO AUGUSTO FRAYZE-PEREIRA (USP-SP)
 JOÃO AUGUSTO POMPÉIA (PUC-SP)
 JOSÉ ANTONIO QUINTA (Psiquiatra/Prefeitura SP)
 JOSÉ MOURA FILHO (USP-SP)
 JULIETA QUAYLE (HC-SP)
 LASZLO ÁVILA (Fac. Medicina Rio Preto)
 LAURA VILLARES FREITAS (USP-SP)
 LOLA ALVARENGA (Secretaria MENOR)
 LUCY BANKS LEITE (UNICAMP)
 LUIS CARLOS ROCHA (UNESP Assis)
 LUIS HUMBERTO SIVIERI (Pres. FEDERAÇÃO NACIONAL PSICÓLOGOS)
 MÁRCIA HEGENBERG (SEDES/São Marcos)
 MÁRCIA SALGUEIRO (Secretaria MENOR)
 MARIA AMÉLIA AZEVEDO (USP-SP)
 MARIA DAS GRAÇAS FERRAZ (UNESP Marília)
 MARIA JÚLIA GOUVEIA (Secretaria MENOR)
 MARIA JÚLIA KOVACS (USP-SP)
 MARIA LUISA SANDOVAL SCHIMDT (USP-SP)
 MARIANGELA MARICONDI (Diretora FEBEM)
 MARISA RAGONEZI (UNESP Bauru)
 MARY SANTIAGO (USP-SP/UNIP)
 MARLENE GUIRADO (USP-SP)

MIRIAM CHNAIDERMAM (Psicanalista)
 MIRIAN JORGE WARDE (PUC-SP/UNICAMP)
 MÔNICA VALENTE (Presid. SINDSAÚDE/SP)
 MOYSÉS AGUIAR (Dir. Companhia Teatro Espontâneo)
 NADJA FLEISCHFRESSER (Psicoterapeuta)
 NANJI BUHRER (Psicanalista)
 NEIDE OLIVEIRA (Secretaria MENOR)
 ODETE GODOY (PUC-SP)
 OLÍMPIA NORONHA (Soc. Bras. Psicanálise/ Metodista)
 OSVALDO BARISON (Psicoterapeuta Rio Preto)
 OSVALDO GRADELLA (UNESP Bauru)
 PAULO BARNABÉ (Psiquiatra)
 PAULO BARROS (PUC-SP)
 ROBERTO ANTONUCCI (Paulistana/Senador Flaquer)
 SALVADOR SANDOVAL (UNICAMP/PUC-SP)
 SARA UBERREICH (Psicoterapeuta)
 SÉRGIO LEITE (UNICAMP)
 SILVIA MARINA ANARUMA (UNESP Rio Claro)
 SÔNIA DIAS (Coord. FEBEM Região Campinas)
 SÔNIA WOLF (UNESP Assis)
 VERA COLUCI (Psicanalista)
 WANDERLEY CODO (USP-Ribeirão)
 YARA SAYÃO (Secretaria MENOR)
 YVES DE LA TAILLE (USP-SP)



OS CONTATOS COM AS CHAPAS PSICOLOGIA E CIDADANIA PARA O CRP-06 E CFP PODERÃO SER REALIZADOS NO SINDSAÚDE - RUA CAPITÃO CAVALCANTI, 90 VILA MARIANA, SÃO PAULO, SP CEP. 04017000 OU PELOS TELEFONES:

(011) 61-8522 - VERA RODRIGUES (0149) 22-1444 - J. ROBERTO TOZONI
 (011) 32-7171 RAMAL 124 - ODAIR SASS FAX - (011) 278-4319 - LÍGIA GIANNI

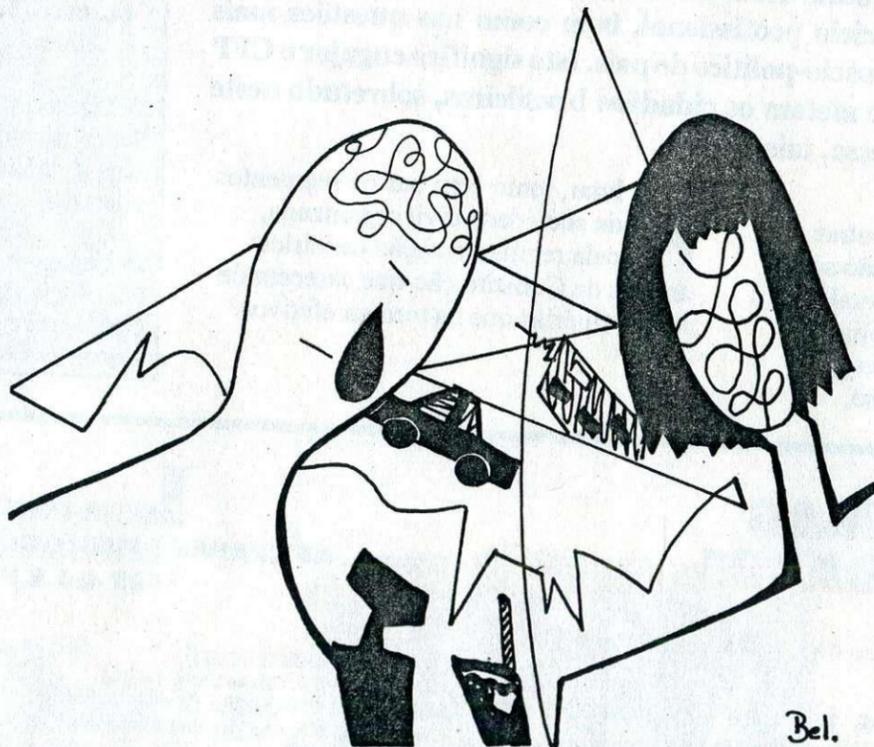
Acompanhamento terapêutico: O relato de um caso

Trata-se do mês de janeiro, quarta-feira, 15h. A cidade de São Paulo é o cenário. Os personagens: eu, Danielle, acompanhante terapêutica do hospital-dia "A Casa", José, um paciente esquizofrênico, 35 anos e em tratamento há oito, o porteiro, uma mulher morta e outras pessoas. José é muito desorganizado, dissociado e mora sozinho num pequeno apartamento. O porteiro me conta que a noite anterior foi terrível: barulho de televisão, rádio e móveis arrastados. Diante das reclamações dos vizinhos, resolveu cortar a energia do apartamento de José, o qual, imediatamente, fez um apêlo, alegando medo da escuridão. Eu venho substituir as férias da acompanhante terapêutica (AT), responsável pelas quartas-feiras.

Trabalhamos neste caso, em três ATs que cobrem cinco saídas semanais, cada uma delas com três horas de duração.

Começamos a discutir sobre o "louco" e o direito à cidadania, a possibilidade de convívio e exclusão. Pela proximidade entre AT e paciente, reconhecemos dois aspectos fundamentais neste trabalho: por um lado a singularidade do modo de ser do psicótico e por outro, seu aspecto terrorífico, o sofrimento que carrega.

José aparece às quatro da tarde - hora habitual da outra AT -, dizendo: "estava na casa dela". Referia-se à casa da mãe, numa viagem que fez há mais de um mês. Com olhos arregalados e expressão bastante assustada, fala-me ainda de ter visto uma mulher morta no dia anterior. Como na maioria dos casos de esquizofrenia, aqui, mãe e filho estabelecem uma relação simbiotizada, permeando todos os outros vínculos de José. Porém, quando entro em seu apartamento, me surpreendo com a limpeza. Afinal, estou acostumada a encontrar bitucas de cigarros, roupas espalhadas, vômitos pelo chão etc. Sentamos um em frente ao outro. Seus olhos se mantêm arregalados. Pergunto se bebeu. Ele nega. Refere-se novamente à mulher morta: "Uma mulher morta na calçada. Morta de pinga. A alma não existe", comentou.



Ele também afirma que não tem alma. "Eu pareço do clube do Adolfo Hitler, tenho inconsciente coletivo", diz. Pergunto o que significa aquilo tudo e a resposta é: "As pessoas são paredes". Confesso que naquele momento nada entendo. Desanimada, falo: "Que confusão, tanta mistura com pessoas, coletivo, parede. Será que não é isso que o impede de dormir? Ele coça os olhos e, subitamente, me dou conta de que chora. Do meu lado, se é que existem lados claramente definidos, me assusto e me emociono. Na tentativa de continuar a conversa, pergunto se o que sente é tristeza. José se levanta e numa mistura de riso e choro, esclarece: "É que agora estou sentindo minha alma". Em seguida me propõe bebermos uma Coca-Cola, num bar em Moema (local freqüentado por ele e uma antiga AT, de muita importância neste tratamento). Aceito.

Digo que sua tristeza pode ter a ver com saudade, talvez da mãe, ou da antiga AT. Pergunto se teve notícias delas. Reage dizendo não e depois me pergunta em que dia estamos. Respondo que é quarta-feira, 15 de janeiro de 1992. "Minha mãe volta na segunda", informa. Encanta-me este processo de ressurreição, de uma alma que sente, chora, ri e principalmente recupera a possibili-

dade de ir e vir. Como, então, garantir que este jeito peculiar de ser possa encontrar conexões satisfatórias com o social? No entanto, José me pega num pulo quando digo que tomaria um chopp com ele. "Você falou chopp!", comentou surpreso.

Incrível a intensidade do chamado à indiscriminação. Não somente detesto chopp, mas a proibição de bebidas alcoólicas tornou-se uma espécie de marca registrada deste acompanhamento. Aproveito a oportunidade de me recompor: "Conhece ato falho"? A frustração dele é visível. Depois indaga se no meu carro tem rádio. À resposta negativa reage com um "então não vou". Volta a olhar assustado e pergunta: "Quem é você? Maternidade, parteira, filha ou mãe? Nasceu pequena ou já crescida? Foi um padre que fez você crescer? No mesmo instante, José afirma que não tem condições de dirigir. Perguntei se tinha medo quando estava no carro comigo. "Paura", diz. Depois explica: "quando está no volante não deixa de olhar pro lado, de pensar obscenidades, de ser mulher, comprinhas, presentinhos".

Um movimento tipicamente masturbatório acompanha esta fala que, a meu ver, explicita a "paura" da excitação que sente quando estamos juntos no carro. Homem e mulher,

já que não deixamos de ser. "Vamos então ao bar, em Moema", diz. Sentado no balcão, José, com um sorriso no rosto e um olhar nostálgico, exclama: Eu era o rei do bar!" O garçon parado a nossa frente espera pacientemente a decisão final entre: "Coca-cola... não... guaraná... tônica... chopp... não guaraná". Inicia um bate papo de botequim. Falamos da antiga garrafa da 7up, da nova tônica Schewpps, do preço das bebidas e dos hábitos brasileiros. O clima é o que é: uma quarta-feira, tarde de verão, um dono de bar, dois aposentados de chinelos e nós, estranhos incorporáveis.

As loucas falas de José, aparentemente desconexas, são ouvidas, questionadas, repetidas e às vezes traduzidas. Um novo refrigerante e a conta. "Eu vou ficar sozinho?", protesta. Falo da minha impressão de que havia melhorado, dizendo que seus olhos não estão mais arregalados. Imediatamente arregalo os olhos e lanço uma frase qualquer. Louca, é claro. Rimos. O carro está parado em frente a um prédio. José, imóvel, suspira e comenta: "tá escuro, você não acha?". "É a chuva... te dá medo?", pergunto. Em silêncio, observa o céu, o prédio e antes de se despedir diz não.

Nós, ATs, partimos para encontros por estes argilosos terrenos. Vamos o que poderíamos chamar de asseguramento interno, construído através da experiência e supervisão. Um grupo de pertinência com seu referencial teórico e um processo de análise pessoal. São conjuntos de fatores que configuram uma retaguarda e um suporte, que ajudam a manter a possibilidade de movimentação e o não-aprisionamento na loucura ou na suposta contrária. Por outro lado, o projeto, talvez pretensioso, no qual o louco pode ser partícipe das relações culturais, como alguém que porta um saber necessário e diferente do neurótico. Talvez, tentar abrir as brechas onde a estranheza da loucura possa ser mais que aceita, aproveitando-a como algo inédito, inusitado.

Adriana Victorio Morettin e Danielle Melanie Breyton, são psicólogas e acompanhantes terapêuticas do hospital dia "A Casa".

Enfoque é uma seção aberta à colaboração dos psicólogos ou dos profissionais ligados às práticas de Psicologia. As opiniões apresentadas neste espaço de discussão não coincidem, necessariamente, com as posições do CRP-06.